

RODRIGUES, Eugénia, 2012 – “Francisco José de Lacerda e Almeida: viagem e ciência na África Oriental (1797-1798)”, in Pereira, Magnus R. M. e Ribas, André A. (eds.), *Francisco José de Lacerda e Almeida: Um astrónomo paulista no sertão africano*. Curitiba, Editora UFPR (no prelo).

SANTOS, Maria Emília Madeira, 1988 – *Viagens de Exploração Terrestre dos Portugueses em África*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical.

O sul de Moçambique na viragem do século XIX: Território, exploração científica e desenvolvimento

Ana Cristina Roque*

p. 103-112

1. Nota Prévia

As questões que aqui se apresentam, resultam de um trabalho em curso no âmbito de um projecto – *Conhecimento e Reconhecimento em espaços de influência Portuguesa: registos, expedições científicas, saberes tradicionais e biodiversidade na África Subsariana e Insulíndia¹* –, recentemente financiado pela FCT no âmbito do Programa História da Ciência, que se desenvolve num contexto cronológico, geográfico e temático mais vasto e diversificado que a temática que será aqui abordada.

O projecto reúne uma equipa multidisciplinar, numa parceria do Instituto de Investigação Científica Tropical com a Universidade Nova e a Universidade Técnica de Lisboa, e tem como núcleo central de pesquisa as Missões Científicas Portuguesas dos séculos XVIII, XIX e XX empreendidas em Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Timor; sendo que prevê igualmente a identificação e a avaliação de um conjunto de informações prévias que, desde o século XVI, foram criando e consolidando os conhecimentos necessários à sua realização.

Considerando este universo espaço-temporal, o projecto visa proceder ao resgate da informação histórica respeitante a recursos naturais, biodiversidade e saberes e práticas tradicionais no sentido de demonstrar a importância e o contributo actual deste tipo de informação, designadamente ao nível da possibilidade da sua contribuição para minimizar ou solucionar problemas actuais. Em simultâneo, pretende-se chamar a atenção para a importância actual da recuperação da informação relativa a estas explorações e missões, evidenciando tanto os seus aspectos científicos e técnicos e a forma como os seus resultados foram apreendidos e divulgados, quanto a diversidade da informação que foi recolhida.

Daí a importância de uma abordagem em que, considerado um determinado espaço geográfico, se considere simultaneamente o território, a exploração científica e o desenvolvimento. Por sua vez, o contexto espaço-temporal escolhido – Sul de Moçambique nos finais do século XIX – remete-nos para aspectos muito precisos da organização,

* Instituto de Investigação Científica Tropical. Departamento de Ciências Humanas / Programa de Desenvolvimento Global.

¹ Proj. FCT. HC 0075/2009.

configuração e mapeamento dos territórios que virão a constituir o então Distrito de Lourenço Marques e, por conseguinte, o que é hoje o Sul de Moçambique.

2. O sul de Moçambique – presença portuguesa e reconhecimento do território

Apesar da presença Portuguesa em Moçambique remontar aos primórdios do século XVI, o interior do país, e em particular quase toda a região a Sul do Rio Save, manteve-se “oficialmente” inexplorado porque marginal às rotas de penetração no sertão definidas em função do acesso às minas do planalto interior. Tal não significa que não tenha havido incursões e explorações individuais mas, se as houve, não se conhecem ainda os seus resultados.

No que respeita à então chamada Baía de Lourenço Marques (Maputo), os contactos havidos desde o seu “descobrimento” (1544-45) revelaram-se pontuais ao longo dos séculos, marcados pela possibilidade de resgate do marfim e dependentes de um navio anual, vindo da feitoria de Moçambique, que ali permanecia enquanto durava o negócio (Lobato, 1961). Os contactos foram por isso escassos e o conhecimento da terra quase nulo. Não fora o relato circunstanciado de alguns náufragos que, na segunda metade do século XVI, se viram na necessidade de percorrer a região (Brito, 1735), e dela não se sabia nada antes de meados do século XVII quando Holandeses, Austríacos e os Ingleses acreditaram na possibilidade de ali se estabelecerem à revelia do que os Portugueses, apesar de tudo, consideravam como sendo “terra sua”.

A fixação de portugueses na Baía e a construção de um Presídio em 1782 (Lobato, 1961) é pois tardia, marcando debilmente o início do reconhecimento do território e de contactos mais efectivos com as populações na área da esfera de influência comercial do estabelecimento português. Todavia, estes primeiros reconhecimentos revelaram-se fundamentais para consolidar a presença portuguesa na região, permitindo que em meados do século XIX, fosse já significativo o número de portugueses que conheciam bem as gentes e os sertões de L. Marques, estando por isso em posição de apoiar e enquadrar as expedições científicas de reconhecimento que marcaram os finais do século.

E estas expedições, no que respeita ao Sul de Moçambique, estão indissolúvelmente ligadas à delimitação e demarcação da fronteira com os territórios do Transvaal, Swazilândia e Maputolândia, à possibilidade de construção de vias de comunicação (estradas e caminho-de-ferro) que assegurassem as ligações do interior com o porto de L. Marques e, naturalmente também, às campanhas de ocupação militar. Umas e outras desempenharam um papel fundamental no reconhecimento das terras do Sul, para onde, antes da última metade do século XIX, não se dispunha de informações substanciais e credíveis sobre o território e as populações que o habitavam. Neste contexto, foi determinante o papel dos engenheiros das expedições de obras públicas e, muito particularmente dos que, como Joaquim José Machado ou Alfredo Augusto Lisboa de Lima foram incumbidos dos estudos de viabilidade, enquadramento e suporte à construção dos caminhos-de-ferro e, posteriormente, no caso de Machado, de chefiar a Comissão Portuguesa de Delimitação de Fronteiras com a Swazilândia e com o Transvaal.

Não é possível desligar todo este movimento de exploração e ocupação territorial do contexto particular, nacional e internacional, em que o mesmo se inscreveu. Em

termos internacionais, assumem particular relevância as decisões da Conferência de Berlim e, naturalmente, as implicações destas para as relações diplomáticas de Portugal com a Grã-Bretanha. Contudo, não é possível pensar as consequências deste processo sem termos igualmente em consideração a situação de grande agitação social e política que se vivia na África Austral e que punha em confronto não só potências locais, nem sempre exclusivamente contra a presença estrangeira, mas também Ingleses e Boers, que muito antes de qualquer conferência de Berlim se digladiavam pela posse da terra na África Austral, tentando os primeiros impedir a afirmação de soberania de um Estado-nação Boer.

Por sua vez, a nível nacional, e sem que o nosso objectivo seja a discussão da política de ocupação colonial mas alguns dos seus resultados no terreno, teremos de considerar a acção específica levada a cabo pela Comissão Portuguesa de Cartografia e em estreita colaboração com a Sociedade de Geografia de Lisboa que, em 1878, criou até uma Comissão Africana especificamente vocacionada para os trabalhos em África. Foram aliás de sua iniciativa muitas das propostas apresentadas então ao Governo no sentido da necessidade de proceder ao reconhecimento geográfico, cartográfico, hidrográfico, geológico e mineralógico dos territórios africanos, bem como para a realização de missões botânicas, zoológicas, etnográficas e linguísticas. Não deixando de ser igualmente significativo que a maior parte dos membros da Comissão de Cartografia e dos muitos outros intervenientes nestas expedições, fossem também membros da Sociedade de Geografia.

Porém, e dado que não é possível abordar aqui todos aspectos que decorrem tanto do contexto político-económico quanto do enquadramento institucional e porque os objectivos e natureza de cada uma das missões e campanhas se revestem de especificidades que extravasam o âmbito deste estudo, o foco deste trabalho incidirá sobretudo no que delas resultou em termos de conhecimento do território e das consequências imediatas que daí advieram para a região. Nesse sentido ocupar-nos-emos em particular das missões de delimitação de fronteiras do então Distrito de Lourenço Marques, nas quais participaram muitos dos membros da Comissão Portuguesa de Cartografia, e que constituem um aspecto muito particular dos reconhecimentos do território.

Importa contudo referir que esta escolha não é aleatória e se prende sobretudo com a importância de que esta temática se reveste hoje para Moçambique, designadamente ao nível da demarcação das suas fronteiras, porquanto em muitas situações, devido a causas naturais ou questões políticas, a linha de demarcação da fronteira desapareceu e a informação que permite a sua reconstituição não está sequer disponível em Moçambique, mantendo-se nos arquivos portugueses onde, nem sempre se encontra acessível (Roque, 2010a).

Não sendo aqui o lugar para tecermos considerações sobre a acessibilidade e eventual depósito deste corpo documental, que genericamente se designa por documentação do *Arquivo de Fronteiras* e que em boa parte se encontra nos Arquivos do Instituto de Investigação Científica Tropical, não podemos deixar de sublinhar que ele inclui não só toda a informação necessária à reconstituição e reconstrução das linhas e marcos de fronteira – relatórios, mapas, desenhos, notas de campo, dados topográficos e geodésicos, fotografias...–, como um imenso e precioso manancial de dados sobre as diferentes áreas percorridas, que integra não só a descrição detalhada dos vários territórios, recursos e potencialidades, como informação muito precisa sobre população,

usos e costumes, sobre as suas formas de organização e de gestão e aproveitamento dos recursos locais (Roque, 2009 e 2010b). Aspectos que constituem uma mais-valia para este corpo documental quando se pretende abordar as questões que enquadram e consubstanciam o conhecimento do território.

3. Expedições e (re)conhecimento *versus* fronteira, território e recursos naturais

Nas últimas décadas do século XIX, o reconhecimento sistemático do território e dos recursos naturais do Sul de Moçambique foi simultaneamente, suporte e resultante do processo de afirmação de Portugal numa área geográfica onde a rápida expansão colonial britânica impunha a necessidade de se proceder à ocupação efectiva de todo um espaço que se reclamava Português por direito histórico mas que, as novas normas do direito colonial saídas da Conferência de Berlim, não reconheciam. Razão pela qual a demarcação das fronteiras, emergia como uma questão a queurgia dar resposta precisa e imediata. E, nesse sentido, foram recorrentes as chamadas de atenção de Joaquim José Machado, em várias sessões da Sociedade de Geografia de Lisboa realizadas entre 1885 e 1889 (Machado, 1886, 1889a e 1889b), anos em que foi oficialmente nomeado para dirigir a Comissão Portuguesa de Delimitação de Fronteiras com a Swazilândia (Abril de 1885) e com o Transvaal (Março de 1890) antes de ser nomeado Governador-Geral de Lourenço Marques em Junho de 1890.

A experiência de Machado, director das obras públicas de Moçambique entre 1877 e 1880 e responsável pelos estudos do traçado da ligação ferroviária Lourenço Marques-Pretória, terminados em 1879 e aprovados em 1883, bem como o conhecimento e experiência do território que daí lhe adveio, pesaram seguramente na sua escolha para encabeçar missões de cariz marcadamente político e diplomático que, contudo, não dispensavam nem a componente do conhecimento efectivo do terreno nem a componente técnico-científica indispensável à sua concretização.

Tal facto parece ser evidente, sobretudo no caso da fronteira com o Transvaal uma vez que, embora a Comissão para a Delimitação desta Fronteira só tenha sido oficialmente criada em 1890, as negociações e trabalhos entre os representantes dos governos do Transvaal e de Lourenço Marques decorriam, pelo menos, desde a assinatura, em 1885, da primeira Convenção comercial assinada entre os dois governos e que esteve na base da criação, em 1864, da primeira Comissão Mista para a Delimitação da Fronteira entre o Transvaal e o Distrito de Lourenço Marques (Matos, 1964: 65), a que se seguiu, em 1869, a assinatura do Tratado de Paz Amizade e Fronteiras entre os dois governos, pelo qual se estabelecia que a linha de fronteira passava pela cumeada dos Libombos e se fixava o limite Sul das possessões portuguesas em 26° 30' (Almada, 1943).

Os trabalhos para a delimitação e demarcação desta fronteira, a primeira a ser efectuada nos territórios portugueses em África no início da década de 70 (MCP 33-2; MCA 16), estenderam-se por mais de meio século, com interrupções impostas por razões de ordem técnico-científica (MCP 33-2) ou relacionadas com situações de grande instabilidade política e militar na região (MCA 19), e só em 1929 viriam a ser objecto de ratificação definitiva (MCA 21). Como resultado, estes mais de 50 anos, em que a Comissão Portuguesa trabalhou em conjunto com a Comissão Boer do Transvaal, constituem testemunho inequívoco de um trabalho de campo sistemático

e preciso de que resultou não só o reconhecimento de toda a região fronteiriça desde Ressano Garcia até à confluência do Pafúri com o Limpopo, como de uma boa parte do hinterland desde esta confluência até Inhambane (MCP 33-3).

Do igual modo, as Comissões Portuguesas que trabalharam com as Comissões Britânicas na Delimitação de Fronteiras com a Swazilândia e com a Maputolândia conduziram a resultados idênticos, permitindo que no primeiro quartel do século XX, Portugal dispusesse já de levantamentos exaustivos de todo o *hinterland* compreendido entre a Ponta do Ouro e a Namaacha, a Sul e, daqui, até à confluência do Pafúri com o Limpopo. Os relatórios dos trabalhos destas Comissões constituem, por isso, um importante *corpus* documental de referência não só sobre os aspectos técnicos e científicos dos trabalhos e a natureza das discussões na origem da definição das fronteiras, como sobre aspectos específicos do território e dos seus habitantes e das reacções destes face às consequências decorrentes da demarcação física das fronteiras.

Os trabalhos a desenvolver por estas comissões mobilizavam um elevado número de pessoas, instrumentos científicos, mantimentos, gado, meios de transporte e todo o equipamento necessário para garantir não só a sua realização como a logística indispensável de enquadramento, suporte e manutenção das equipas envolvidas (MCP 30-5: 2).

A necessidade de um trabalho rigoroso e sistemático, designadamente ao nível da determinação das coordenadas geográficas dos marcos a implantar, dos registos topográficos e geodésicos ou da elaboração de uma cartografia de precisão, obrigou ao uso de instrumentos de precisão e à presença de técnicos que os soubessem utilizar. Ambas as componentes eram indispensáveis e a ausência de uma delas obrigava à interrupção dos trabalhos e, conseqüentemente, a atrasos na concretização dos mesmos (MCP 30-5: 1). A descrição minuciosa de todas os trabalhos técnicos e procedimentos utilizados bem como da eficiência dos instrumentos relativamente às diversas situações para que eram solicitados, conduziu a descrições exaustivas não só desses instrumentos, como da forma como eram usados, possibilitando uma melhor compreensão das suas potencialidades e uma maior rentabilidade das mesmas (MCP 30-5: 2).

Por sua vez, o trabalho de campo continuado permitiu também a precisão da toponímia, prevenindo futuras imprecisões e erros decorrentes do uso de informações de terceiros, não confirmadas no terreno, e que anteriormente induziram a situações nem sempre fáceis de resolver e aceitar por ambas as Comissões envolvidas, como foi o caso do traçado da linha de fronteira com o Transvaal, ao longo da cumeada dos Limbobos. Apesar de aparentemente bem definida depois de introduzidas em 1875, as correcções ao Tratado de 1869, esta linha de fronteira revelou-se muito difícil de aceitar pela comissão mista que, em 1890, procedeu à sua rectificação. Por um lado, não era possível conciliar a definição existente com a orientação geográfica da cordilheira e, por outro, o registo toponímico que havia sido feito anteriormente para permitir a identificação dos vários pontos ao longo da fronteira não encontrava correspondência no terreno (MCP 33-2). A definição da linha fora feita não na base de trabalho de campo, mas fazendo uso da cartografia existente e disponível, na qual as coordenadas geográficas haviam sido determinadas com base em rumos magnéticos, que veio a revelar-se falha de precisão e queurgia corrigir.

Considerados estes aspectos, o processo de implantação de fronteiras pode ser encarado não só como um foco de conhecimento do território como também um campo

de aplicação dos novos métodos e instrumentos científicos marginais à questão da fronteira em si mas estreitamente relacionados com a delimitação e demarcação das linhas de fronteira. E, deste modo, a documentação relativa aos aspectos técnicos e científicos deste processo contribui, de forma inequívoca, para uma melhor percepção da forma como a ciência e o desenvolvimento técnico-científico foi usado em África não só para satisfazer os objectivos do colonialismo europeu, como para o conhecimento efectivo do território.

Por sua vez, a própria estrutura das caravanas que enquadravam as comissões constituía de *per se* um incentivo à exploração do território e ao levantamento das suas potencialidades. Envolvendo um elevado número de pessoas, carroças e animais – desde logo reveladores da capacidade de movimento no terreno de cada comissão –, o estabelecimento de cada acampamento impunha um reconhecimento prévio das condições da área escolhida e que, no mínimo, deveria garantir o abastecimento de água e lenha, já que a existência de caça, um recurso a considerar pela Comissão Portuguesa em situações extremas em que os alimentos já começavam a escassear, constituía no entanto uma condição indispensável para que a Comissão do Transvaal montasse o seu acampamento, uma vez que a caravana que a compunha se deslocava sem mantimentos e dependia da possibilidade diária de caçar para prover ao abastecimento de toda a equipa (MCP 33-3).

No caso específico da Fronteira com o Transvaal, estes reconhecimentos resultaram em descrições, por vezes exaustivas, sobre a fauna local, designadamente a identificação de espécies e a sua distribuição geográfica bem como das técnicas tradicionais usadas pela população para a sua captura, transporte e aproveitamento (MCP 33-3).

De uma forma geral, estes documentos informam sobre as áreas de maior concentração e variedade de fauna silvestre tornando evidente, por exemplo, as razões que estiveram na base da decisão de Kruger para a criação, em 1898, da Reserva do Sabie, a primeira reserva de caça que englobava toda uma vasta área entre os rios Crocodilo e Sabié e que, posteriormente, em 1926, viria a integrar o Kruger's Park.

No que respeita à informação sobre a fauna silvestre, é importante referir ainda que, frequentemente, num só documento podem referir-se mais de dez espécies com especial incidência nos kudus, impalas e vários tipos de bucks e bock, zebras, búfalos, gnus, falcocheros, leopardos, leões, elefantes e crocodilos, em função da sua ocorrência nas diferentes áreas percorridas por estas Comissões (MCP 33-3). Por sua vez, e na medida em que estas referências aparecem enquadradas em ambientes e *habitats* específicos, esta documentação informa igualmente, de forma muito detalhada, sobre algumas das principais ecozonas desta região, designadamente sobre as planícies aluviais, as estruturas ribeirinhas e, em particular, as estruturas de Busveld das montanhas dos Libombos ou de Schrubveld da zona de Mopane.

Estas mesmas descrições incluem ainda informação relativa às movimentações sazonais da fauna silvestre em função das disponibilidades em alimentação e água e às deslocamentos forçados de algumas espécies, designadamente dos elefantes, referindo-se neste caso as razões deste deslocamento – caça, pressão humana, alterações do meio ambiente ... – e as características das áreas de ocupação recente.

Apesar de não dispormos de um registo sistemático e continuado para toda a fronteira entre o Transvaal e Moçambique, a informação é particularmente significativa para a

zona entre os rios Singwedzi e Limpopo bem como para o hinterland de Moçambique que lhe está imediatamente próximo (MCP 33-3).

Já para as terras do Sul, nos limites da fronteira com as terras do Maputo, escasseiam as referências à fauna mas abundam as referências aos recursos florestais, sucedendo-se as descrições da flora e das diferentes formações vegetais com especial destaque para os pauis e as lagoas sazonais das margens dos rios Pongolo e Maputo (MCP 30: 5). Aos requisitos fundamentais e necessários para o estabelecimento dos acampamentos, juntavam-se as instruções específicas dadas a todas as Comissões no sentido de proceder a um levantamento exaustivo de todos os aspectos da região que pudessem vir a suportar o mapeamento rigoroso de toda a fronteira e, nesse sentido, todas estas descrições podem ser entendidas como a resposta possível a estas instruções.

Contudo, a importância desta informação extravasa o contexto espaço-temporal da sua recolha e adquire hoje particular relevância porquanto constitui um importante *corpus* de informação para todas as áreas onde estas comissões actuaram providenciando um conjunto de dados históricos que possibilitam uma melhor percepção da evolução e alterações que se têm processado em toda esta região.

Como já antes se referiu esta documentação informa ainda com igual minúcia sobre as comunidades humanas (MCP 33-2 e 3 e MCP 34-1) então existentes ou relacionadas com a área de fronteira que foi objecto de reconhecimento. São inúmeros os dados sobre o tipo de povoamento e a distribuição da população, com especial incidência para as áreas com uma presença humana reduzida, bem como sobre a ocupação do solo ou sobre as disponibilidades em água e os muitos recursos silvestres a que as populações recorriam para complementar as necessidades básicas do seu quotidiano; sendo a água, tal como hoje, uma das questões mais prementes pela sua importância enquanto recurso escasso e partilhado pelas comunidades humanas e animais.

As chefias locais eram responsáveis pela gestão das áreas directamente sob seu controlo, designadamente a gestão da água, a que deviam garantir o acesso, em particular na estação seca quando esta escasseava e homens e animais ficavam dependentes das poucas reservas que subsistiam nos fundões dos principais rios da região. Garantir o acesso a estes fundões era de importância capital para estas comunidades. A sobrevivência de cada uma delas dependia da sua capacidade de gerir, de forma equilibrada, esta relação com os recursos disponíveis tendo em conta que esta situação não era específica de uma comunidade mas uma situação que afectava todas as comunidades da região podendo, por isso, tornar-se motivo de conflito como veio a acontecer, nos anos 30, do século XX, ao longo da fronteira com o Kruger Park.

A decisão de vedar ali a fronteira com cercas metálicas, resultou na impossibilidade de livre circulação em toda uma área onde as principais movimentações de pessoas e gados eram condicionadas pelo acesso à água que, na estação seca, subsistia sobretudo em fundões localizados na área do Kruger. A implantação de cercas metálicas, isolando as populações do lado de Moçambique e negando-lhes o acesso à água, constituiu assim um factor de desequilíbrio no quotidiano das comunidades da região, contribuindo não só para o seu empobrecimento como para um decréscimo da biodiversidade e consideráveis alterações na paisagem.

De igual modo, no Sul, o estabelecimento e aceitação da linha de fronteira ao longo do curso do Rio Maputo, desde a confluência do Pongolo até à Ponta do Ouro, levantava questões semelhantes. Independentemente do facto de não se implantarem ali

cercas metálicas que impedissem a livre circulação de pessoas e animais e a fronteira coincidir com um acidente geográfico, o facto é que a mesma cortava ao meio as terras do Maputo. Dividindo terras e gentes que assim ficavam sujeitas a autoridades coloniais diferentes, esta divisão teve um profundo impacto na vida da população Amathonga (MCP 30-1).

O território original do Maputo estendia-se desde a margem Sul da Baía de Lourenço Marques até ao rio Ozinkulo (72° 30'Sul) englobando áreas de características ecológicas diferenciadas cujos recursos eram aproveitados sazonalmente e em função dos movimentos cíclicos sobretudo ligados aos gados, beneficiando da alternância entre as terras mais secas a Norte do Rio Maputo e as mais férteis a Sul deste e estendendo-se até Kosi Bay (MCP 30-1 e 2). A divisão do território e a sua sujeição a autoridades coloniais diferentes interferiu directamente nesta situação. Impedindo as movimentações regulares de gentes e gados, forçou a divisão da população e a sua pertença a um território que, no caso das zonas mais áridas, não tinha sequer capacidade de viabilizar a sua subsistência, contribuindo deste modo seja para o empobrecimento destas populações, seja para profundas alterações na paisagem (Roque, 2010b).

Se muitas destas alterações não tiveram impactes imediatos e a fronteira inicial correspondia sobretudo à identificação de quem pagava taxas e tributos e a quem devia pagá-los (MCP 33-3), outras houve cujas consequências se tornaram visíveis desde o primeiro momento em que as comissões iniciaram os trabalhos de demarcação das fronteiras por via da implantação de marcos de fronteira.

Ainda que não impondo restrições à livre circulação, a implantação de marcos ao longo da linha de fronteira impôs de imediato alterações de fundo na paisagem, introduziu factores de ruptura entre as comunidades humanas e o meio ambiente e, consequentemente, afectou a relação de eventual equilíbrio pré-existente. A implantação destes marcos obrigou à limpeza de matos e à desflorestação tanto das áreas de implantação como de todo o espaço entre os vários marcos, de forma a garantir que, de qualquer marco, se visse sempre o marco anterior e o marco a seguir.

A extensão da área a desflorestar era definida, *in loco*, por ambas as Comissões, de acordo com as características específicas do terreno mas, em certas situações, chegou a ser de 3 km de largo por 6,5 km de separação entre os marcos (MCA 15, 16, 18 e 21). Deste modo, mais do que a alteração da paisagem, este processo privou de imediato as comunidades locais do usufruto destas áreas, negando-lhes a possibilidade da sua utilização (MCA 21) e impondo-lhes assim a procura de áreas alternativas. Infelizmente, não há qualquer referência à reacção das populações face a esta situação precisa.

Sem nos querermos alongar sobre todas as componentes do processo de delimitação e demarcação de fronteiras, e porque aqui se propôs um abordagem centrada na exploração e conhecimento do território, importa apresentar agora, à guisa de conclusão, alguns dos aspectos que se nos afiguram mais pertinentes de avaliar e discutir, a saber:

1. O processo de delimitação de fronteiras foi, no Sul de Moçambique, um dos principais vectores de reconhecimento e conhecimento do território e beneficiou da experiência e do trabalho de campo das equipas envolvidas noutras missões técnico-científicas;

2. No caso do Transvaal, não sendo este processo uma consequência das decisões da Conferência de Berlim, o reconhecimento do território tem de ser percebido num quadro mais global, de investimento no desenvolvimento regional, em que se inscreve não só o crescimento e desenvolvimento de Lourenço Marques e do seu porto, como todo um processo que visava a construção de vias de comunicação que permitissem a ligação do litoral com o interior;
3. A necessidade de elaborar uma cartografia rigorosa e de proceder à localização exacta dos marcos de fronteira obrigou à precisão de coordenadas geográficas e à descrição detalhada do território com base em levantamentos geográficos e hidrográficos sistemáticos cujos resultados constituem não só um referencial histórico fundamental para a região, como um instrumento fundamental para garantir hoje o reconhecimento e preservação da fronteira actual;
4. Os relatórios dos trabalhos desenvolvidos por estas missões são minuciosos e respeitam não só aos aspectos técnico-científicos como aos aspectos antropológicos e etnográficos em estreita associação com o reconhecimento das potencialidades e recursos naturais dos territórios percorridos e a forma como estes, tradicionalmente, eram aproveitados pelas populações.
5. O conjunto dos dados recolhidos permite mapear o território a vários níveis com destaque particular para a distribuição da população, o tipo de povoamento e o tipo de ocupação do solo, de par com a ocorrência e distribuição regional de algumas espécies de fauna silvestre, da flora e das formações vegetais mais representativas na região.

Deste modo, e independentemente do contexto conflitual que envolve todo o processo de ocupação colonial dos territórios africanos e, em particular o próprio processo de delimitação de fronteiras, os dados recolhidos, os trabalhos de campo e as muitas observações que se fizeram contribuíram para a criação de um *corpus* documental que informa extensivamente sobre vários aspectos da história do Sul de Moçambique, aspectos que importa recuperar e perceber num contexto mais abrangente em que se considera não só a história do Homem mas também a história do território que lhe é inerente enquanto parte integrante de si próprio.

Neste sentido, a recuperação da informação histórica revela-se essencial não só em termos de enquadramento histórico mas enquanto peça fundamental para uma melhor percepção da evolução, persistências e alterações verificadas ao longo do tempo, contribuindo naturalmente para uma melhor compreensão da realidade actual.

Referências

Documentação do Arquivo de Fronteiras

- MCA, *Moçambique: Fronteira Lourenço Marques – Amathongas*, Caixa Azul Envelope 21.
MCA, *Moçambique: Fronteira Lourenço Marques – Swazilândia*, Caixa Azul Envelopes 19 e 20.

MCA, *Moçambique: Fronteira Lourenço Marques – Transvaal*, Caixa Azul Envelopes 15, 16, 18 e 20.

MCP, *Moçambique: Fronteira Lourenço Marques – Amathongas*, Caixa Preta 30 1-5.

MCP, *Moçambique: Fronteira Lourenço Marques – Swazilândia* Caixa Preta 31 1-3; 32 1-3.

MCP, *Moçambique: Fronteira Lourenço Marques – Transvaal*, Caixa Preta 33 1-3; 341-2.

Outras referências

ALMADA, José de (1943) – *Tratados Aplicáveis ao Ultramar*, vol. V, Lisboa, Agência Geral das Colónias.

BRITO, Bernardo Gomes de (1735) – *Histórica Trágico – Marítima*, Lisboa.

MATOS, Luís de (1964) – “As fronteiras de Moçambique”, *Moçambique: curso de extensão universitária. Ano lectivo 1964-65*, Lisboa, ISCPU, pp. 37-76.

MACHADO, Joaquim José (1886) – *De Lourenço Marques a Pretória*, Comunicações à Sociedade de Geografia de Lisboa, nas sessões de 9 e 16 de Novembro e de 2 e 14 de Dezembro de 1885, Sociedade de Geografia de Lisboa, Lisboa, p. 124.

MACHADO, Joaquim José (1889a) – *Maputo-Lourenço Marques-Mossamedes*. Comunicação à Sociedade de Geografia de Lisboa, na sessão de 1 de Abril de 1889. Sociedade de Geografia de Lisboa, Lisboa, p. 59.

MACHADO, Joaquim José (1889b) – *Fornecimento de Armas aos Matabeles – Zambézia britânica e o território dos Swazis*, Comunicação à Sociedade de Geografia de Lisboa, na sessão de 11 de Novembro de 1889. Sociedade de Geografia de Lisboa, Lisboa, p. 33.

LOBATO, Alexandre (1961) – *Quatro estudos e uma evocação para a história de Lourenço Marques*, Estudos Moçambicanos, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa.

ROQUE, Ana Cristina (2009) – “Rethinking Borders in South Mozambique”. Comunicação apresentada à *ABORNE Conference on How is Africa Transforming Border Studies?* Johannesburg, 10-14 Set. de 2009. Disponível em http://iict-pt.academia.edu/anaroque/Papers/719656/Rethinking_Borders_in_South_Mozambique (acesso Junho de 2011).

ROQUE, Ana Cristina (2010a) – “Sources for the History of the Southern Border of Mozambique: Preliminary results of a project on the archives of the Portuguese Commission of Cartography”, *Journal of Borderlands Studies*, 25.2, 2010, pp. 77-93.

ROQUE, Ana Cristina (2010b) – “Disputing Borders: The case of Mozambique-Thongaland Border (19th-20th century)”. Comunicação apresentada à 8th European Social Science History Conference, Ghent 13-18 de Abril de 2010. Disponível em <http://www2.iisg.nl/esshc/programme.asp?selyear=10&pap=7683> (acesso Junho de 2011).

A actual província do Niassa e o vale do rio Chire na 2.^a metade do séc. XIX. Contextos africanos e imperiais e as expedições de Serpa Pinto nesta região

Eduardo Medeiros*

p. 113-149

Quando Serpa Pinto e os seus companheiros iniciaram em 1877 a expedição¹ que finalmente partiu de Benguela, e no interior de Angola, no Bié, o cidadão de Cinfães assumiu por conta e risco continuar solitário a viagem pelo interior africano, vivia-se já um complexo problema social e político no vale do rio Chire e nas margens do lago Niassa.

Mais que a presença efectiva dos agentes europeus que se fazia sentir na região, foram sobretudo relevantes as transformações económicas e recomposições dos espaços sociais e políticos das comunidades locais, aliás, em curso desde há mais de meio século e que continuariam a está-lo até à ocupação colonial no final da centúria e começo da seguinte. Digamos que desde a passagem pela zona dos «pombeiros» (de Silva Porto em 1854), até à expedição de 1889/90, que deu origem ao *Ultimatum* inglês dirigido à governação portuguesa, houve vários processos sociais em toda esta região, sobre a qual iriam incidir expedições europeias ditas científicas, principalmente britânicas, e a subsequente conquista colonial com vista a uma economia de plantação na zona e uma reserva de mão-de-obra para a economia colonial.

Destes processos vou escrever resumidamente sobre quatro: 1. *Recomposições sociais e culturais no vale do Chire e no Niassa*; 2. *O novo giro comercial*; 3. *A permanência do tráfico de escravos e do comércio do marfim*; 4. *As explorações «científicas» e o posicionamento europeu para a ocupação colonial*.

* Universidade de Évora.

¹ Em finais de 1877, Serpa Pinto integrou com Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens a expedição autorizada e subsidiada pelo ministro português do Ultramar, José de Melo Gouveia, que deveria percorrer o sertão até à contracosta. Por razões cuja invocação saiem do âmbito deste artigo, Serpa Pinto separou-se dos seus companheiros no Bié (onde estava Silva Porto) e rumou com o seu próprio séquito em direcção a Leste, guinando mais à frente para Sul, rumo ao Calaári, ladeando o lago Makarikari, para chegar a Pretória, e depois a Durban, a 19 de Março de 1879. Depois desta viagem e das honrarias que lhes prestaram, foi nomeado Cônsul de Portugal no Sultanato de Zanzibar. Aqui, deu-se conta da eferescente actuação britânica, e em menor escala da dos alemães na corrida para o interior da África Oriental e Central, e da dos franceses para as Ilhas do Oceano Índico Ocidental.